



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE REFERÊNCIA

CAPÍTULO I
DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1. OBJETO

Constitui objeto do presente chamamento público a aquisição de Aparelhos de Amplificação Sonora Individual - AASI, e prestação de serviços de fonoaudiologia para seleção e verificação de benefício de AASI com intuito de suprir demandas existentes no Centro Especializado em Reabilitação Física e Auditiva – CER II Aline Olea Becker, que atende extensa demanda proveniente da atenção básica do município de São Borja e região da 12º CRS. Os valores a serem contratados serão os estabelecidos pela Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SUS) – Tabela SIGTAP, e média de valores de contratações desta natureza.

A pretendida aquisição ocorrerá no intuito de adquirir Aparelhos de Amplificação Sonora Individual – AASI, e contratação de serviço especializado de fonoaudiologia para as seleções e adaptações de AASI, a fim de suprir demandas existentes no Centro Especializado em Reabilitação Física e Auditiva – CER II Aline Olea Becker, que atende extensa demanda proveniente da atenção básica do município de São Borja e região da 12º CRS.

A contratação do serviço especializado de fonoaudiologia se faz necessário devido à dificuldade em contratação direta deste profissional para as seleções e adaptações de AASI e a aquisição destes dispositivos devido à necessidade da continuidade dos serviços prestados aos usuários do CER, pacientes com deficiência auditiva, com comprometimento da funcionalidade. O uso de AASI se faz necessário para o processo de reabilitação, quando indicado por profissional técnico, tornando-se parte fundamental do tratamento.

O chamamento público anterior esgotou a quantidade estimada, devido mutirão relacionado a portaria da SES 243/2024, que estabeleceu critérios de financiamento excepcional e temporário no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, para atendimento especializado em reabilitação auditiva.

Desta forma, se faz necessário a contratação de empresa especializada para a continuidade do serviço do item previsto neste chamamento público.

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo determinar as condições que disciplinarão de acordo com o Estudo Técnico Preliminar e conforme condições, quantidades, exigências e estimativas contidas neste Termo de Referência.

Item	Quantidade anual	Unid	Especificação	Valor unitário de referência	Valor total
1	360	Unid	Seleções e adaptações de AASI – Serviço especializado de fonoaudiologia	R\$ 49,02	R\$ 17.647,20

“São Borja - Terra dos Presidentes.”



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

1	240	Unid	APARELHO DE AMPLIFICAÇÃO SONORA INDIVIDUAL (AASI) EXTERNO RETRO-AURICULAR TIPO C 07.01.03.014-3	R\$ 1.100,00	R\$ 264.000,00
---	-----	------	---	--------------	----------------

1.1.1 Os aparelhos selecionados devem estar classificados segundo os TIPOS, seguindo as características mínimas e recursos eletroacústicos, conforme tabela abaixo:

Tipo	Características
Tipo A	<ul style="list-style-type: none">* Digital programável* Quatro canais* Controle de volume manual ou automático* Compressão não linear* Entrada de áudio nos retroauriculares convencionais* Gerenciador de microfonia ativo sem redução de ganho* Bobina telefônica* Microfone omni ou direcional adaptativo* Redução de ruído* Registro de dados de uso
Tipo B	<ul style="list-style-type: none">* Digital programável* Seis canais* Controle de volume manual ou automático* Compressão não linear* Entrada de áudio nos retroauriculares convencionais* Gerenciador de microfonia ativo sem redução de ganho* Bobina telefônica manual ou automática* Microfone omni e direcional adaptativo* Dois programas de áudio (manual ou automático)* Redução de ruído* Registro de dados de uso
Tipo C	<ul style="list-style-type: none">* Digital programável* Dez canais* Controle de volume manual ou automático* Compressão não linear* Entrada de áudio nos retroauriculares convencionais* Gerenciador de microfonia ativo sem redução de ganho* Bobina telefônica manual ou automática* Microfone omni e direcional adaptativo* Três programas de áudio (manual ou automático)* Redução de ruído* Redutor de vento* Registro de dados de uso* Disponibilidade de cores
Tipo C – Linha	*Digital programável



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

pediátrica	<ul style="list-style-type: none">* Dez canais* Controle de volume manual ou automático* Compressão não linear* Entrada de áudio nos retroauriculares convencionais* Gerenciador de microfonia ativo sem redução de ganho* Bobina telefônica manual ou automática* Microfone omni e direcional adaptativo* Três programas de áudio (manual ou automático)* Redução de ruído* Redutor de vento* Registro de dados de uso* Disponibilidade de cores* Compatibilidade com Sistema FM* Resistente a água
Tipo C – Sistema CROS	<ul style="list-style-type: none">* Digital programável* Dois canais* Controle de volume manual ou automático* Compressão não linear* Entrada de áudio (q.do BTE convencional)* Sistema de transmissor CROS através de wireless* Compatível com AASI disponível nos itens tipo C
Sistema de adaptação por via óssea	<ul style="list-style-type: none">* Digital* Um canal* Controle de volume manual ou automático* Compressão* Entrada de áudio (q.do BTE convencional)* Sistema de sustentação (arco ajustável ou banda elástica)* Vibrador ósseo
Sistema de conectividade sem fio	<ul style="list-style-type: none">* Digital programável* Seis canais* Controle de volume manual ou automático

Os aparelhos devem ser identificados com o número de série, marca, modelo e tipo, acompanhados por duas cartela com 6 pilhas cada cartela, para cada aparelho, 01 desumidificador, uma caixa para armazenar cada aparelho auditivo, certificado de garantia de 02 anos, manual correspondente e embalagem adequada para entrega ao paciente com etiqueta adesiva de identificação constando prazo de validade do produto e registro na ANVISA.

Para os aparelhos auditivos intra-aurais, também deverá ser disponibilizado 01 cartela com 8 filtros de cera (cerustop) e as 02 cartelas de pilhas no tamanho correspondente. Ainda, em caso de inadaptação do paciente ao uso do intra-aural, este deverá ser substituído pelo retroauricular equivalente.

Para os aparelhos auditivos na linha pediátrica, além do previsto acima é necessário o fornecimento de KIT PEDIÁTRICO contendo: testador de pilha, bulbo secador, mochila para



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

transporte, escuta e adesivos para o AASI. Também, em caso de reposição de aparelhos auditivos da linha pediátrica para usuários de sistema FM, a empresa deverá fornecer o receptor solicitado pelo fonoaudiólogo responsável pelo caso.

O envio de frequência modulada pessoal (Sistema FM) será conforme a solicitação do Fonoaudiólogo do serviço, não necessitando unidades consignadas. No momento da solicitação, a empresa se responsabiliza pelo fornecimento de receptores, conforme decisão técnica do Fonoaudiólogo (a) responsável (receptor universal, específico ou colar).

1.1.2 Do treinamento:

A empresa deverá fornecer treinamento para a equipe técnica que atua com próteses auditivas em até 30 dias após a assinatura do contrato, sendo que no mesmo, a empresa deverá demonstrar a regulagem de cada um dos modelos programáveis no NOAH, assim como o treinamento de pequenos reparos como (modificações do molde, substituições de peças, limpeza dos AASI's). O treinamento deverá ocorrer na cidade de São Borja/RS em data pré estabelecida pelo CER e a empresa contratada, sem custos ao contratante.

1.1.3 Do Software:

A empresa deverá dispor e atualizar o software utilizado para regulagem dos aparelhos digitais.

1.1.4 Da garantia:

A empresa deverá assegurar o prazo de dois anos de garantia para os aparelhos auditivos.

1.1.5 Dos consertos:

Em caso de necessidade de consertos na prótese auditiva durante a garantia (dois anos), a empresa fornecerá gratuitamente o serviço. Após este período, o paciente ficará responsável pelo pagamento e a empresa deverá fornecer gratuitamente o orçamento do conserto para o paciente.

1.1.6 Da manutenção:

A empresa deverá fornecer materiais necessários para a manutenção de todos os modelos de aparelhos auditivos, durante toda a vigência do contrato, conforme solicitação do CER II São Borja:

- * Filtros de microfone;
- * Ganchos/ângulos adultos e pediátricos;
- * Tubos finos de todos os tamanhos, assim como olivas de todos os modelos;
- * Protetor de cera para os modelos intra-aurais (50 unidades);
- * 5 sacos de tubo de molde (no mínimo 50 unidades por saco);

1.2 Equipamentos/aparelhos que a empresa deverá disponibilizar:



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

1.2.1 – Bateria de teste:

A bateria de teste deve conter 4 aparelhos auditivos por modelo, estando esses aparelhos, de forma consignada. Junto com os aparelhos deve conter:

- * 02 cartelas de 6 pilhas para cada modelo;
- * Ganchos pediátricos correspondentes aos modelos disponibilizados (caso ângulo de BTE disponível não seja possível adaptar na população pediátrica);
- * 01 escuta de aparelho auditivo;
- * 02 medidores de pilha de aparelho auditivo;
- * 01 catálogo por modelo de aparelho auditivo, atualizado, impresso e em português;
- * Tubos finos e olivas de todos os tamanhos, com reposição dos mesmos durante todo o contrato;
- * 02 pares de cabos de programação, as devidas fitas e sapatas de conexão compatíveis com o NOAH, bem como sua reposição quando se fizer necessário;
- * 01 modelo de cada tipo de molde confeccionado pela empresa, identificado com o nome.

1.2.2 Moldes auriculares:

Os moldes auriculares, assim como suas reposições, serão confeccionados em sistema de rodízio mensal, entre as empresas credenciadas. A periodicidade com que os mesmos serão enviados será de 15 dias. Cabe a empresa credenciada o envio dos mesmos, bem como o custeio do envio dos pré-moldes. Cada empresa deverá fornecer material de pré-moldagem:

- * 200 otoblocks de espuma tamanho pequeno;
- * 200 otoblocks de espuma tamanho médio;
- * 200 otoblocks de espuma tamanho grande;
- * 03 kits contendo dois potes de massa de 800g;
- * 2 canetas luminosas com ponteira (curvada) tipo oto probe ou otolight.

A entrega dos moldes deverá ser feita em prazo de até 15 dias depois do recebimento das pré-moldagens na empresa. A indicação técnica quanto ao tipo, modificações acústicas e material do molde deverá ser respeitada pela empresa credenciada, inclusive quanto a confecção de micromoldes/ moldes com tubo fino.

O envio do pré-molde pelo CER II, bem como o envio do molde pela empresa, serão de responsabilidade da empresa credenciada.

1.2.3 Próteses auditivas:

Os aparelhos auditivos deverão ser disponibilizados ao CER de forma consignada, durante toda a vigência do contrato, garantindo a permanência de:

- * 06 unidades de cada modelo tipo A para perda leve a moderada;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

- * 16 unidades de cada modelo tipo A para perda moderada a severa;
- * 06 unidades de cada modelo tipo A para perda profunda;
- * 12 unidades de cada modelo tipo B para perda leve a moderada;
- * 16 unidades de cada modelo tipo B para perda moderada a severa;
- * 06 unidades de cada modelo tipo B para perda profunda;
- * 06 unidades de cada modelo tipo C para perda leve a moderada;
- * 06 unidades de cada modelo tipo C para perda moderada a severa;
- * 06 unidades de cada modelo tipo C para perda profunda;
- * 04 unidades de cada modelo tipo C linha pediátrica para perda leve a moderada;
- * 04 unidades de cada modelo tipo C linha pediátrica para perda moderada a severa;
- * 06 unidades de cada modelo tipo C linha pediátrica para perda profunda;
- * 06 unidades de cada modelo de adaptação cros.

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência do credenciamento será de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do Termo de Credenciamento, podendo ser prorrogado, por interesse do CREDENCIANTE e ciência do (a) CREDENCIADO (A), por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, mediante Termo Aditivo e consensual. Durante a vigência deste credenciamento não haverá correção ou reajuste, caso houver prorrogação do Termo de Credenciamento, será sempre respeitado o valor da tabela SUS vigente.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/ SERVIÇOS

3.1. Os bens a serem adquiridos ou serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de:

- () bens comuns (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
- () bens especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)
- () serviços comum (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
- () serviços especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)
- (x) credenciamento (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)

CAPÍTULO II

DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Em face da necessidade da continuidade dos serviços prestados aos usuários do CER, pacientes com deficiência auditiva, caracterizada pelo comprometimento auditivo dos pacientes, determinando alterações na funcionalidade normal, levando a necessidade de uso de Aparelhos de Amplificação Sonora Individual-AASI , as quais, quando indicadas, são indispensáveis para o processo de reabilitação auditiva do paciente.

A contratação de serviço especializado de fonoaudiologia se faz necessário devido à dificuldade em contratação direta deste profissional para as seleções e adaptações de AASI.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

5.1. A solução proposta é a contratação de empresas especializadas para o fornecimento de Aparelhos de Amplificação Sonora Individual – AASI, e contratação de serviço especializado de fonoaudiologia para as seleções e adaptações de AASI, conforme as condições estabelecidas neste edital, normas do SUS e demais legislações vigentes. Os valores das OPMs a serem contratados serão os estabelecidos pela Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SUS) – Tabela SIGTAP, disponível em <http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp>, e os valores do serviço de fonoaudiologia através de média de valores de contratações desta natureza.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. A contratação será realizada por meio de chamamento público, por credenciamento de profissionais, fornecedores e interessados em prestar os serviços. O edital de chamamento público será divulgado e mantido à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, com as condições padronizadas de contratação, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados. Para fornecimento/prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os documentos a título habilitação, nos termos do art. 62 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CAPÍTULO III DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. A proponente vencedora obriga-se a fornecer o objeto deste Edital, em conformidade com as especificações constantes na Proposta do Edital, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações;

Toda e qualquer despesa de entrega e substituição correrá por conta exclusiva da licitante vencedora.

Deverá ser emitida a devida Nota Fiscal/fatura discriminativa, após a entrega dos materiais para efetivação do pagamento e liquidação.

Será recusado o objeto que não atender às especificações constantes neste Edital e/ou que não esteja no prazo de validade solicitado.

A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal 20.106/2023, que “Regulamenta as funções do agente de contratação, da equipe de apoio e da comissão de contratação, suas atribuições e funcionamento, a fiscalização e a gestão dos contratos, e a atuação da assessoria jurídica e do controle interno no âmbito do Município de São Borja, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

7.2. Os atendimentos de serviço especializado de fonoaudiologia para as seleções e adaptações de AASI deverão ser prestadas por profissional fonoaudiólogo devidamente regulamentado pelo Conselho de Fonoaudiologia e deverão ser realizadas no Centro Especializado em Reabilitação – CER II, no Município de São Borja, durante horário de funcionamento do local, em horário a ser acordado previamente com a coordenação do serviço, em sala adequada ao atendimento. Para a realização do atendimento, o credenciado deverá receber a autorização de atendimento emitida pelo coordenador da unidade. O controle dos atendimentos será feito pela Secretaria Municipal da Saúde.

8. DO LOCAL, PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

8.1. PRAZO

Prazo de entrega de até 40 (quarenta) dias, a contar do 1º dia útil posterior a data da confirmação do recebimento, pela ADJUDICATÁRIA, da nota de empenho ou ordem de compra que será enviada por e-mail ou outro meio de contato que tenha sido previamente disponibilizado pela ADJUDICATÁRIA.

Prazo de início dos serviços/ atendimentos deverá ser de até 5 (cinco) dias após a assinatura do credenciamento e organização da agenda.

8.2. LOCAL E HORÁRIO

Os materiais deverão ser entregues no Centro Especializado de Reabilitação Física e Auditiva, sito na Rua Serafim Dornelles Vargas, nº 845, Centro, São Borja/RS, CEP: 97670-000 no horário das 7h às 18 h, em dias úteis. Telefone (55) 3431-7812 , e-mail: fonoaudiologiacersaoborja@gmail.com

O credenciado atenderá no Centro Especializado em Reabilitação CER II, no Município de São Borja, durante horário de funcionamento do local, das 8h às 12h, e das 13h às 18h., em sala adequada ao atendimento. Horário a ser definido e organizado pelo coordenador responsável do CER.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da Contratante:

- a) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- b) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes na TR e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e) efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;
- f) a Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

- 10.1.1** efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.
- 10.1.2** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 10.1.3** comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 10.1.4** manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.1.5** os produtos constantes da Tabela de Procedimentos serão fornecidos, conforme parecer técnico indicado para cada paciente, mediante a emissão da Nota de Empenho, de acordo com o disposto no edital e condições expressas na proposta, de acordo com a necessidade do Serviço;
- 10.1.6** os aparelhos auditivos, em regime de consignação, ficarão disponíveis na sede do CER (Centro de Reabilitação Física e Auditiva), para utilização conforme indicação técnica;
- 10.1.7** disponibilizar, no mínimo, 04 (quatro) aparelhos de cada modelo credenciado para teste entre os usuários, acompanhado das respectivas baterias, em embalagem apropriada, com prazo de validade do produto, podendo ainda o serviço solicitar até o dobro de aparelhos sobressalentes para experiências domiciliares a qualquer momento;
- 10.1.8** os aparelhos auditivos consignados deverão ser substituídos uma vez por ano, acompanhando os novos modelos;
- 10.1.9** a contratada compromete-se a repor os aparelhos na medida de sua utilização, assegurando, no mínimo 04 (quatro) aparelhos de cada modelo, disponíveis na sede do CER, permanentemente;
- 10.1.10** realizar manutenção periódica e gratuita a cada 06 (seis) meses e prestar assistência técnica sempre que necessário, mediante solicitação do CER. A assistência técnica solicitada deverá ser concluída no prazo de até 20 (vinte) dias, contando da data de solicitação, quando a empresa deverá emitir relatório informando os serviços executados;
- 10.1.11** os pré-moldes serão realizados, em sistema de rodízio mensal, entre os fornecedores credenciados, com retiradas uma vez por semana, conforme necessidade e ordenamento do setor responsável, estando o envio do pré-molde e o envio do molde sob responsabilidade da empresa credenciada. A contratada durante o mês que lhe for destinado, se responsabilizará pelo fornecimento de material de pré-moldagem (massa utilizada pelo serviço, seringa, otoblock, caneta otoscópio);
- 10.1.11** confeccionar o molde para o pré-teste, conforme indicação da equipe técnica do CER e fornecer substituição dos moldes de acordo com a solicitação da equipe, sem ônus para a administração;
- 10.1.12** a entrega do molde deverá ser feita no prazo de 15 (quinze) dias, cabendo a contratada proceder às modificações do molde, se houver necessidade. A indicação técnica da confecção do molde quanto ao tipo, modificações acústicas e material deverão ser respeitadas pela contratada;
- 10.1.13** os aparelhos intra, deverão ser identificados com o nome do paciente, número de série, marca e modelo, devendo ser entregues no prazo máximo de 30 (trinta) dias. Em caso de inadaptação do paciente ao uso do intra, este deverá ser substituído pelo modelo retroauricular equivalente;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

10.1.14 o contratado é responsável pelo fornecimento, sem ônus para o CER ou para o paciente, do conjunto de acessórios para AASI (testador de baterias, baterias, aspirador, estetoscópio, desumidificador, presilhas, alicate, filtros de microfone, ganchos/ângulos adultos e pediátricos, tubos finos de todos os tamanhos, assim como olivas de todos os modelos, protetor de cera para os modelos intra-aurais e tubo de molde);

10.1.15 fornecer declaração garantindo que o aparelho fornecido seja exatamente igual ao testado e selecionado pela equipe do CER;

10.1.16 fornecer 6 (seis) baterias para cada aparelho concedido;

10.1.17 entregar o AASI no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

10.1.18 as empresas fornecedoras de AASI digitalmente programáveis deverão disponibilizar para o serviço, além do aparelho, os seus respectivos softwares para programação, bem como, cabos, sapatas e adaptadores, para interface entre o computador e os aparelhos para este procedimento ou programador portátil para o mesmo fim;

10.1.19 o contratado deverá atualizar, sempre que necessário, o software utilizado para regulação dos aparelhos digitais, bem como fornecer e repor cabos e fita de conexão com o NOAH se necessário;

10.1.20 o contratado deverá disponibilizar aparelhos dos tipos A, B e C (de acordo com a Portaria SAS/MS nº587, de 07 de outubro de 2004) e sistema de frequência modulada pessoal (de acordo com a Portaria MS nº 1.274 de 25 de junho de 2013);

10.1.21 garantir todo e qualquer treinamento para os fonoaudiólogos do serviço;

10.1.22 garantir a confidencialidade de dados e informações sobre pacientes;

10.1.23 a contratada não poderá cobrar do paciente qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados nos termos deste contrato;

10.1.24 são responsabilidade da contratada os encargos sociais e trabalhistas, bem como os tributos de qualquer natureza que venham a surgir na vigência deste Termo de Credenciamento, mantidas as condições de qualificação e habilitação exigidas no ato convocatório;

10.1.25 a contratada, além do AASI, também fornecerá serviço de profissional – fonoaudiólogo - capacitado para adaptação e dispensação dos aparelhos aos usuários SUS.

11. GARANTIA (E/OU VALIDADE)

O prazo de garantia do objeto, contra defeitos de fabricação deverá ser de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses, a contar do recebimento definitivo.

Durante o período da garantia, a ADJUDICATÁRIA obriga-se a efetuar, sem ônus para o CER a substituição ou reparo do objeto que apresentar defeitos de fabricação, no prazo de até 40 (quarenta) dias, a contar do 1º dia útil posterior à data de confirmação do recebimento da comunicação.

CAPÍTULO IV

DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

12.1. Nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto contratado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

12.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

12.4. O fiscal do contrato poderá ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

12.5. O responsável pela fiscalização do contrato será Cláudia Adriane Schropfer Schmidt, psicóloga, CRP 07/19447, claudiaschmidt@yahoo.com.br, (55) 981307052 e seu substituto será Gilnara Alegre Piegas do Nascimento, Enfermeira COREN Nº151736, gilnar@hotmail.com, (55) 984493226 e como Gestora a Secretária de Saúde Sabrina Dornelles Loureiro.

13. DOS PROCEDIMENTOS DE TESTES E INSPEÇÕES

13.1. O CONTRATANTE reserva-se ao direito de promover avaliações, inspeções e diligências visando esclarecer quaisquer situações relacionadas ao fornecimento do objeto contratado, sendo obrigação da CONTRATADA acolhê-las.

CAPÍTULO V

DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

14. DA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

14.1. O objeto contratado será recebido provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

14.2. A entrega poderá ser rejeitada, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

14.3. O recebimento definitivo ocorrerá de forma tácita em 10 dias para bens ou 15 dias corridos para serviços, após o recebimento provisório, após a verificação da qualidade e consequente aceitação.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I. dar causa à inexecução parcial do contrato;

II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III. dar causa à inexecução total do contrato;

IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

VI não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa;

III. impedimento de licitar e contratar;

IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

I a natureza e a gravidade da infração cometida;

II as peculiaridades do caso concreto;

III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.2.3. A sanção prevista no inciso I do item 16.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

15.2.4. A sanção prevista no inciso II do item 16.2, calculada na forma do contrato, será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.

15.2.5. A sanção prevista no inciso III do item 16.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de São Borja, pelo prazo de 3 (três) anos.

15.2.6. A sanção prevista no inciso IV do item 16.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 16.2.6, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

15.2.7. A sanção estabelecida no inciso IV do item 16.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I. quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do prefeito municipal.

15.2.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 16.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.

15.2.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.2.10. A aplicação das sanções previstas no item 16.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.2.11. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 16.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.2.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 16.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16. DO PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

16.1. O pagamento será pela produção, conforme planilha de atendimentos realizados. O credenciado deverá apresentar na Secretaria Municipal De Saúde, até o dia 5 de cada mês, a planilha de atendimentos prestados no mês anterior, discriminados com nome do usuário, número do cartão SUS, data de assinatura do paciente. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após a apresentação da Nota Fiscal detalhando o objeto fornecido, com o devido recebimento e a aprovação do fiscal do contrato, de acordo com o empenho, por meio de depósito bancário.

CAPÍTULO VI

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

17. MODALIDADE, TIPO DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

17.1. A contratação será realizada por meio de chamamento público, por credenciamento de profissionais, fornecedores e interessados em prestar os serviços. O edital de chamamento público será divulgado e mantido à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, com as condições padronizadas de contratação, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados.

17.2. Será selecionado o fornecedor que atender a todos os critérios de aceitabilidade de preços e de habilitação exigidos neste Termo de Referência, com a indicação do critério de julgamento a ser adotado. Será selecionado o fornecedor que atender a todos os critérios de aceitabilidade de preços e de habilitação exigidos neste Termo de Referência. A distribuição na escolha de fornecedor terá como critério principal a disponibilidade em entregar o produto com as especificações prescritas pelo profissional, tais como tipos de aparelho e itens opcionais. Havendo dois ou mais fornecedores seguindo os critérios descritos, a totalidade



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

dos itens será distribuída igualmente entre todos. Os pedidos de compra dos materiais serão agrupados mensalmente.

17.3. O presente credenciamento trata-se de hipótese de contratação paralela e não excludente. Desse modo, quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, será adotado como critério objetivo de distribuição da demanda a divisão do quantitativo total das cotas do serviço, conforme o número de credenciados, salvo em casos em que o credenciado não puder disponibilizar a agenda na quantia definida.

18. CRITÉRIOS DE APRESENTAÇÃO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

18.1. A proposta de preço deverá conter as seguintes indicações:

- a)** identificação do proponente(Razão Social/Nome e CNPJ/CPF).
- b)** a proposta financeira deverá ser formulada, contendo preço unitário por item, total por item e total geral, onde deverão estar incluídos, contabilizados e previstos todos os custos inerentes a execução do objeto, indicando, no que for aplicável, a marca, o modelo, prazo de validade ou de garantia; número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- c)** prazo de validade da proposta que deverá ser de no mínimo 30 (sessenta) dias.
- d)** apresentada a proposta, o proponente estará automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente Termo de Referência.
- e)** assinatura do responsável legal da empresa.

19. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

19.1 ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA

(X) Sim () Não

Documentação relativa à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA para item 1:

- a) Diploma do profissional, bem como inscrição no Conselho da classe, CRF.

Documentação relativa à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA para item 2:

- a) Apresentação de no mínimo 01 (um) atestado passado de pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que o credenciado executou ou está executando, de maneira satisfatória e a contento, fornecimentos de natureza similar ao objeto do presente Chamamento Público.
- b) Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE) para correlatos ou produtos para saúde, expedida pela ANVISA, em conformidade com a Lei nº 9.782/99;
- c) Certificado de registro de materiais, expedido pelo Ministério da Saúde/ANVISA, em vigor, onde conste a denominação do produto, nome e número do CNPJ do fabricante. Solicitamos que a folha deste certificado seja numerada em sua parte superior direita com o número do item do produto ao qual corresponde. No caso de isenção de registro, deverá ser comprovada por meio de documento oficial.

19.2 VISTORIA

(X) Não () Sim () Opcional () Obrigatória.

19.3 DOCUMENTO OFICIAL DO FABRICANTE

() Não (X) Sim

Em caso da resposta for SIM, descreva qual documento a ser solicitado:

Catálogo, folder e manual do fabricante que viabilize a análise das especificações do objeto ofertado



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

19.4 AMOSTRA

(x) Não () Sim

Amostras dos produtos e será avaliado pela Fonoaudióloga

19.5 LEGISLAÇÃO TÉCNICA APLICÁVEL

Descrever: ABNT – NBR;

19.6 TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MEs E EPPs

Não foi destinada cota/item para participação exclusiva de ME/EPP,

19.7 DAS VEDAÇÕES

Não se aplica

20. ESTIMATIVA DE PREÇOS

A pesquisa de preços deverá atender ao Decreto Municipal nº 20.108/2023 e o art. 23 da Lei 14.133/21. Preços tabelados SUS disponível em <http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp>. A estimativa de quantidade pode variar de acordo com a necessidade de saúde, considerando o quantitativo de pacientes novos que entrarão no serviço, bem como a variabilidade de patologias e limitações (condições de saúde e necessidades dos usuários).

Item	Unid	Especificação	Valor unitário de referência
1	Unid	Seleções e adaptações de AASI – Serviço especializado de fonoaudiologia	R\$ 49,02
2	Unid	APARELHO DE AMPLIFICAÇÃO SONORA INDIVIDUAL (AASI) EXTERNO RETRO-AURICULAR TIPO C	R\$ 1.100,00

Os preços que fundamentam esta estimativa de valores foram por mim obtidos e rubricados, são verdadeiros e representam o melhor resultado que pude obter seguindo as orientações das normas que regem a matéria.

Cláudia Adriane Schropfer Schmidt
Psicóloga CRP 07/19447
Centro Especializado em Reabilitação Física e Auditiva

21. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos destinados à cobertura das despesas ora pretendidos se encontram alocados no Orçamento Geral do Município e serão custeadas com recursos financeiros provenientes do Tesouro Municipal ou Governo Federal/emenda parlamentar.

21.2.. (Indicar a dotação orçamentária da contratação).

Órgão: 10

Unidade: 04

Função: 302

Programa: 155

Projeto/Atividade: 2293

Elemento: 3.3.90.32.00.00.00 33903950.00.00.00

“São Borja - Terra dos Presidentes.”



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Recurso:500, 600, 621.

**CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES GERAIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

São Borja/RS, 12 de maio de 2025.

Cláudia Adriane Schropfer Schmidt
Psicóloga

Sabrina Dornelles Loureiro
Secretária Municipal da Saúde

() Defiro

() Indefiro

José Luiz Rodrigues Machado
Prefeito de São Borja/RS